

EPÍGRAFE MEDIEVAL NA RUA JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR: CONTRIBUTO PARA A REDESCOBERTA DA ALTA DE COIMBRA

SÉRGIO MADEIRA*

MARIA ANTÓNIA LUCAS DA SILVA**

Os trabalhos arqueológicos de acompanhamento de empreitadas de recuperação de imóveis no Centro Histórico da cidade de Coimbra têm vindo a ser decisivos na actualização do conhecimento relativamente à forma como foi através dos tempos ocupado e transformado o espaço urbano, redefinidas as relações sócio-económicas e alteradas as rotinas do quotidiano.

O caso dos trabalhos desenvolvidos no imóvel sito na Rua Joaquim António de Aguiar n.º 66-70 é mais um exemplo dessa mais-valia, ao porem a descoberto uma cantaria epigrafada relativa a uma antiga confraria do século XII.

A cidade que é hoje Coimbra teve o seu primitivo núcleo de povoamento no cimo da colina da Alta. Este cabeço, com cerca de 160 metros de altitude, sobranceiro ao rio Mondego, para além das condições naturais de defesa que oferecia, era ponto de passagem quase obrigatória entre o Norte e o Sul – a partir daqui o Mondego entrava na vasta planície aluvial.

* Arqueólogo, Câmara Municipal de Coimbra.

** Técnica Superior de História da Arte, Câmara Municipal de Coimbra.

A Rua Joaquim António de Aguiar, localizada na encosta poente da colina, é uma rua que durante muito foi designada através de circunlóquios, sem denominação certa. Em 1373 faz-se referência à posse por parte do Cabido da Sé de uma casa na “rua direita que vai do adro da Sé para S. Cristóvão”, (igreja construída no século XII, no mesmo tipo, estilo e plano da Sé Velha, embora em reduzidas proporções, cujo estado de ruína levou, no século XIX, à remodelação do espaço com vista à criação, em 1861, do Teatro de D. Luís, local onde mais tarde foi criado um novo teatro, o Teatro Sousa Bastos). A rua passou posteriormente a designar-se apenas por Rua de S. Cristóvão. No século XV fala-se na Rua de Alpedide, que ia da Sé para S. Cristóvão. Foi em 1875 que, em sessão camarária, foi decidida a denominação de Rua Joaquim António de Aguiar, em homenagem ao estadista que aí nascera em 1792.

Situado numa área em que o PDM vigente atribui o Grau de Protecção 1 (Grau Máximo de Protecção no que se refere ao Património histórico e arqueológico) e pertencente à Servidão Administrativa da Cerca de Coimbra (designadamente o Arco de Almedina), o imóvel em apreço é precisamente aquele onde nasceu Joaquim António de Aguiar, conforme se pode ler em placa toponímica ainda preservada na sua fachada:

“N’ESTA CASA NASCEU
JOAQUIM ANTONIO D’AGUIAR,
NO DIA 24 D’AGOSTO DE 1792.
FOI MINISTRO DO IMPERADOR RECENTE
DUQUE DE BRAGANÇA
NA MEMORAVEL DICTADURA DE 1833 E 1834.
FALLECEO NO BARREIRO
EM 26 DE MAIO DE 1874.”

Joaquim António de Aguiar, político do tempo da Monarquia Constitucional e importante líder dos Cartistas e mais tarde do Partido Regenerador, foi por três vezes chefe de Governo de Portugal (1841–1842, 1860 e 1865–1868).

Ao longo da sua carreira política assumiu ainda várias pastas ministeriais, designadamente a de Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça durante a regência de D. Pedro nos Açores em nome da sua filha D. Maria da Glória. Foi no exercício dessa função que promulgou a célebre Lei de 30 de Maio de 1834, pela qual declarava extintos *todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares*, sendo os seus bens secularizados e incorporados na Fazenda Nacional. Essa lei, pelo seu espírito anti-eclesiástico, valeu-lhe a alcunha de “Mata-Frades”.



Placa toponímica existente na fachada do imóvel sito nos números 66-70 da Rua Joaquim António de Aguiar.

Pretendeu-se com a intervenção de recuperação no imóvel em apreço (Programa PROUD/Obras), em mau estado de conservação, com múltiplas deficiências resultantes do natural envelhecimento dos materiais e intervenções anteriores, proceder à remodelação da cobertura, das fachadas exteriores (rebocos, revestimentos e pinturas), vãos e infra-estruturas. Nessa conformidade o processo passou pela picagem de rebocos e abertura manual de valas no interior e exterior do edifício (ao longo da fachada e no logradouro e pátio situados a nascente).

Picagem de rebocos exteriores no local onde se tornou visível a epígrafe medieval.



Aquando da picagem dos rebocos exteriores do edifício, ficou posta em evidência uma peça de cantaria, de forma rectangular (80 cm x 30 cm), dividida em dois campos: à direita a representação de uma cruz pátea, à esquerda um texto em latim medieval. Deteriorada em várias zonas, nomeadamente nas arestas e na zona superior direita, mutilada acima da representação da cruz, ressaltam à vista diversas fracturas resultantes do aproveitamento da pedra como base para a aplicação de argamassas, provocando a dificuldade de leitura de algumas letras.

A paginação apresenta alinhamento à esquerda, composta por seis linhas, com letras alinhadas e proporcionadas (no geral as letras presentes na inscrição apresentam-se com 3 cm / 4 cm de altura por 2 cm / 2,5 cm de largura).

Não será inválida a hipótese da existência de uma outra epígrafe no lado oposto da cantaria; porém neste momento é impossível verificar essa hipótese, visto a peça estar embutida na fachada do imóvel.

Transcreve-se seguidamente o texto presente na epígrafe e a sua proposta de tradução:

IN NOMINE : dOMINI : NOSTRI : IEsV / XPTI : HIC : EST : COFERATARIA : dE /
IPSOS : FABRES : CO[?]NbRI / AM : VII : (dE? / dIES?) : (TRI?) IVNIUS : / E R A :
(M?) : CCXXIII :

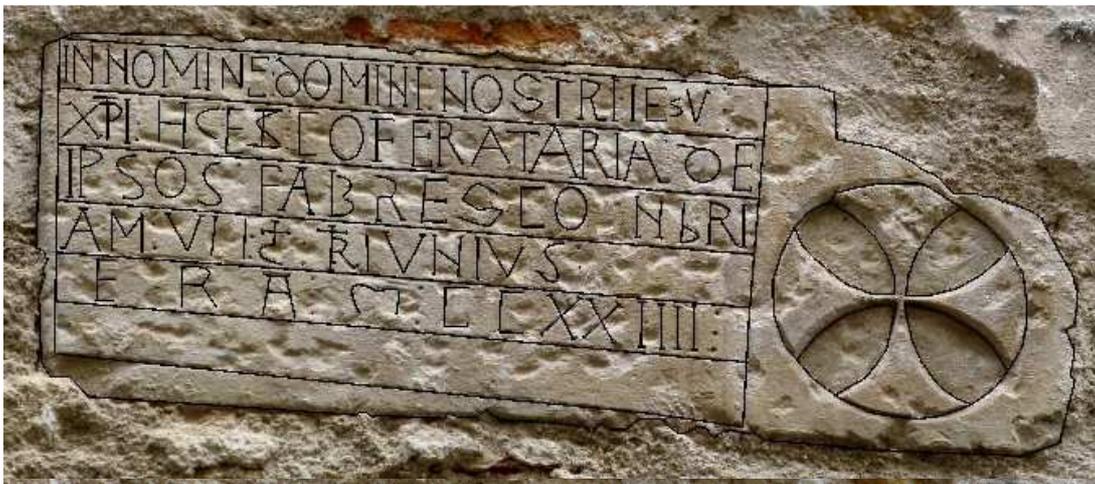
“Em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, aqui é¹ a Confraria de esses² fabricantes³ de Coimbra. Sete de⁴ Junho, Era Mil Duzentos e Vinte e Quatro⁵.”

(¹ ”aqui é” deve ler-se “aqui encontra-se localizada”; ² “de esses” deve ler-se “dos”; ³ “fabricantes” deve ler-se “artífices”; ⁴ “sete de” poderá ser “sete dias de”; ⁵ a *Era de César* é contada a partir de 38 a.C. - ano da renovação do Triunvirato: “Era mil duzentos e vinte e quatro” corresponde ao ano 1186)

Apesar do seu local de origem não ser o imóvel onde se encontra actualmente, poderá pôr-se a hipótese da epígrafe pertencer a um anterior imóvel, hoje desaparecido, localizado no mesmo espaço ou nas proximidades, uma vez que existe documentação cronologicamente compatível com a peça em estudo (Igreja de S. Cristóvão e Sé Velha) que refere a existência de “fabres” ou “fabers” como testemunhas da freguesia de S. Cristóvão, sendo estes “artífices” relacionados, à época em Coimbra, sobretudo com as funções de pedreiro ou ourives.



Aspecto da epígrafe e sobreposição informática com vista a uma melhor leitura do texto.



Pela cronologia, e estando a Sé em plena fase de construção, poderíamos pensar nos pedreiros que nela trabalhavam e estando localizada nas suas proximidades deveria ser uma confraria de particular prestígio. Não se deverá, no entanto, excluir a hipótese de uma confraria de ourives, pelo prestígio do seu ofício e sendo Coimbra a "sede" da melhor escola de ourivesaria do Portugal de então.

Tratando-se de um elemento arquitectónico invulgar, foi opinião consensual que o mesmo fosse mantido a descoberto na fachada do imóvel.



Panorâmica da epígrafe na fachada recuperada do imóvel sito nos números 66-70 da Rua Joaquim António de Aguiar.

NOTA: O estudo da epígrafe em apreço contou com a colaboração da Prof. Doutora Leontina Ventura (FLUC), Prof. Doutor José d'Encarnação (FLUC), Prof. Doutor Vasco Mantas (FLUC) e Dr.^a Helena Moura (IGESPAR,IP), a quem se agradece a disponibilidade e interesse.

BIBLIOGRAFIA

GONÇALVES, A. N. (1944), *Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra*, Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra.

LOUREIRO, J. P. (1964), *Toponímia de Coimbra*, Vol. I, Coimbra.

NUNES, M. (2003), *Ruas de Coimbra*, GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra.

PEREIRA, E. (1904), *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume I*. Lisboa.

SOARES, A. F. *et al.* (1985), “Contribuição para o conhecimento geológico da cidade de Coimbra”, *Memórias e Notícias*, Publ. Mus. Lab. Mineral, Univ. Coimbra, nº 100, Coimbra, p. 41-72.